



## A EDUCAÇÃO SEXUAL NO CENÁRIO BRASILEIRO EM TEMPOS DE CONSERVADORISMO

Juliana de Oliveira Zuanon<sup>1</sup>  
Luciana Aparecida Nogueira da Cruz<sup>2</sup>

### RESUMO

Nos últimos anos, aconteceram discussões fervorosas sobre a responsabilidade sob a educação sexual de crianças e adolescentes. Na mídia brasileira, estas discussões ganharam destaque por conta de projetos de lei conhecidos como Escola Sem Partido e por conta da chamada “ideologia de gênero”, que têm como uma de suas principais ideias a neutralidade de opinião dos professores dentro das salas de aula de educação básica, em especial, quando se trata de questões relacionadas a sexualidade e gênero. Então, este trabalho tem como objetivo geral descrever o cenário dessas discussões e destacar as falas de indivíduos e instituições que levaram a elaboração destes projetos. Para isso, Miskolci et al e Biroli funcionaram como referencial teórico, enquanto a metodologia foi elaborada a partir da abordagem qualitativa e da adoção como procedimento metodológico da pesquisa documental; foram analisados diversos documentos, entre eles, um documento oficial do Vaticano, diversas declarações dadas por governantes e pensadores sobre a temática e o próprio movimento político “Movimento Escola sem Partido”. Como resultados, tem-se que a Igreja Católica, em uma tentativa de preservação da família em sua estrutura heteronormativa, influenciou o pensamento dos fiéis nos últimos anos através de declarações de importantes representantes, como o Papa. Além disso, as declarações do atual presidente do Brasil e o “Movimento Escola sem Partido” parecem já mudar o cenário escolar, mesmo que nenhuma lei que proíba a educação sexual tenha sido implementada a nível federal ou estadual.

**Palavras-chave:** Educação sexual, Escola sem Partido, Ideologia de Gênero, Políticas educacionais.

### INTRODUÇÃO

Este texto apresenta parte da pesquisa de mestrado intitulada “Educação sexual: o que consta nos documentos oficiais nacionais e a percepção de adolescentes sobre essa temática” (ZUANON, 2021) e traz uma discussão acerca do cenário conservador brasileiro atual referente a temática da educação sexual de crianças e adolescentes em ambientes formais de aprendizagem. O estudo se justifica por conta das discussões fervorosas acerca desta temática que emergiram nas casas, nas escolas e na mídia brasileira nos últimos anos, estando em voga o questionamento acerca da responsabilidade pela educação sexual de crianças e adolescentes.

---

<sup>1</sup> Graduada pelo Curso de Licenciatura em Letras, na Universidade Estadual Paulista - UNESP, campus de São José do Rio Preto, SP, e mestre em Ensino e Processos Formativos, área de infância e adolescência, pela mesma universidade, juliana.zuanon@unesp.br

<sup>2</sup> Psicóloga graduada pela Universidade Estadual Paulista – UNESP, Campus de Assis, doutora e mestre em Educação pela UNESP, campus de Marília. Docente do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Processos Formativos na UNESP, luciana.cruz@unesp.br



Ademais, estas discussões ganharam destaque por conta de projetos de lei conhecidos como *Escola Sem Partido*, por conta da chamada “ideologia de gênero”, e por conta de uma organização chamada *Movimento Escola Sem Partido*<sup>3</sup> (ESCOLA SEM PARTIDO, [entre 2004 e 2011]), que têm como uma de suas principais ideias a neutralidade de opinião dos professores dentro das salas de aula de educação básica, em especial, em questões relacionadas a sexualidade e gênero. Além disso, o atual presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, antes de se candidatar para o cargo, durante a sua campanha eleitoral e mesmo depois de eleito, durante o seu governo, declara ser contra projetos de educação sexual e a chamada “ideologia de gênero”.

Este trabalho teve, então, como objetivo geral descrever o cenário dessas discussões e destacar as falas de indivíduos e instituições que levaram a elaboração destes projetos de lei. Para isso, Miskolci et al (2017) e Biroli (2019) funcionaram como o principal referencial teórico, enquanto a metodologia foi elaborada a partir da abordagem qualitativa e da adoção como procedimento metodológico da pesquisa documental (GERHARDT et al, 2009).

Durante a pesquisa, foram analisados diversos documentos, entre eles, um documento oficial do Vaticano, diversas declarações dadas por governantes e pensadores sobre a temática e o próprio movimento político *Movimento Escola sem Partido*.

Como resultados, tem-se que a Igreja Católica, o Movimento Escola sem Partido, projetos de Lei como o Escola sem partido (BRASÍLIA, 2019) e seus apoiadores, em uma tentativa de preservação da família em sua estrutura heteronormativa, influenciaram o pensamento das pessoas nos últimos anos (ZUANON, 2021).

## **METODOLOGIA**

A pesquisa seguiu abordagem qualitativa, utilizando a pesquisa documental como procedimento metodológico. A pesquisa documental, segundo Gerhardt et al (2009, p. 69), é aquela que é “realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não-fraudados);”. Nesta pesquisa, foram utilizados artigos e livros disponibilizados ao leitor em mídias físicas e eletrônicas, além de jornais, artigos dos sites das organizações citadas e projetos de lei (um documento oficial), já que a pesquisa documental permite a busca em diversas fontes (GERHARDT et al, 2009).

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

---

<sup>3</sup> O site da Organização da Escola sem Partido é o seguinte: <https://www.escolasempartido.org/>. Nele, é possível encontrar os objetivos da instituição, sua história, entre outras coisas.

No caso da ascensão de um canário conservador em relação a educação sexual em contextos formais de aprendizagem, o senso comum se confirma: após o progresso em direção a uma sociedade mais igualitária, proporcionado pelas ondas feministas da virada do século XIX para o XX, surgem movimentos contrários e conservadores. Isso se deu da seguinte forma: segundo Louro (2018), na virada do século XIX para o século XX, nos países ocidentais, se deu a chamada “Primeira onda do feminismo”. Este movimento foi caracterizado por diversas manifestações contra a discriminação de mulheres, focando muito na extensão do direito ao voto feminino. No entanto, esse movimento, acabou tomando um rumo que priorizava apenas os interesses das mulheres de classe média branca (DAVIS, 2016).

A “Segunda Onda Feminista”, segundo Louro (2018), se inicia no final da década de 1960, quando as mulheres começaram a se preocupar com construções teóricas e expandem as prioridades do movimento feminista ao atendimento das necessidades de outras minorias. Então, após esse período, surge o termo *gender* (gênero) se diferenciando de *sex* (sexo). Essa visão coloca o debate no campo do social,

[...] pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos. As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que mesmo essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação. (LOURO, 2018, p. 26).

A partir disso:

Afastam-se (ou se tem a intenção de afastar) proposições essencialistas sobre os gêneros; a ótica está dirigida para um processo, para uma construção, e não para algo que existia *a priori*. O conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos. Observa-se que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem. (LOURO, 2018 p. 27).

Ao mesmo tempo, os Estudos Feministas ganharam espaço na sociedade e na Academia, entre 1970 e 1990, e o mundo também assistia a uma certa ampliação dos regimes democráticos, principalmente na América Latina. Obviamente, cada país viveu isso com suas próprias nuances, mas, de certa forma, os países latino-americanos viviam situações

semelhantes. Nesse período, o Brasil, por exemplo, tem o afrouxamento e fim de sua ditadura militar, assim como no Chile e na Argentina.

Esse crescimento democrático criou um contexto favorável para que as feministas pudessem, como afirma Biroli (2019, p. 77), “posicionar as democracias como regimes que deviam algo às mulheres e às minorias sexuais, evidenciando sua exclusão sistemática, a violência de que são alvo e o privilégio masculino como problemas que demandam respostas políticas.” e desenvolver seus movimentos e as teorias de gênero que foram explicadas até o momento no Brasil e na América Latina (BIROLI, 2019).

Como exemplo disso, temos um documento brasileiro da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, de 2006, intitulado *Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres*. Nele são apresentados quatro documentos internacionais sobre Mulheres que o Brasil é signatário, entre eles, a *Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher*, que foi o documento resultante da Conferência de Pequim de 1995. Segundo esse documento da Secretaria, os quatro documentos ali apresentados e expostos na íntegra são instrumentos que “asseguram de forma direta ou indireta os direitos humanos das mulheres bem como a eliminação de todas as formas de discriminação e violência baseadas no gênero” (BRASÍLIA, 2006, p. 9). Ainda, segundo o documento:

A Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher constitui o mais completo diagnóstico internacional sobre o tema e a Declaração de Pequim é o documento político no qual os Governos se comprometem a implementar a Plataforma de Ação, que inclui o princípio da igualdade para todas as pessoas, independente de idade e da posição social. A Plataforma reconhece o papel e incidência das mulheres sobre a economia e o seu empenho para combater a pobreza, com o trabalho remunerado ou com as diversas contribuições não remuneradas e realizadas no espaço doméstico. (BRASÍLIA, 2006, p. 11).

Ou seja, a Conferência de Pequim e os documentos gerados por ela são de extrema importância para o avanço das mulheres no âmbito nacional e internacional. Segundo o texto de apresentação da Secretaria sobre o documento da Conferência de Pequim, sabe-se que o evento:

[...] partiu de uma avaliação dos avanços obtidos desde as conferências anteriores (Nairobi, 1985; Copenhague, 1980; e México, 1975) e de uma análise dos obstáculos a superar para que as mulheres possam exercer plenamente seus direitos e alcançar seu desenvolvimento integral como pessoas. (BRASÍLIA, 2006, p. 148).

Então, a Conferência tinha como objetivo avaliar os avanços no momento posterior às outras conferências e analisar quais obstáculos precisariam ser superados para que as



mulheres pudessem desenvolver-se integralmente enquanto pessoas e exercessem seus direitos de forma plena. Ainda, o texto de apresentação ressalta que o uso do conceito de gênero é umas das três inovações da *Plataforma de Ação* ao lado da noção de empoderamento e o enfoque da transversalidade.

Estes trechos apresentados até aqui são bons exemplos da importância da Conferência de Pequim a nível nacional e internacional. Após esses avanços, segundo Miskolci et al (2017) e Biroli (2019), membros da igreja católica e alguns intelectuais reagiram negativamente à Conferência de Pequim por conta de seu impacto.

A partir de todo essa trajetória, começou a se formar o movimento de reação aos avanços conquistados. Esse movimento está descrito nos resultados e discussão. Foi esse movimento de reação que culminou no cenário conservador frente a educação sexual de crianças e adolescentes que enfrentamos até os dias de hoje.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O conservadorismo frente a educação sexual de crianças e adolescentes começa a se formar, então, a partir de uma reação às ideias, teorias e conferências progressistas sobre os direitos das mulheres e outras minorias. Também, começa a se formar o conceito de “ideologia de gênero” como o conhecemos hoje. Segundo Biroli (2019):

Presente na produção de intelectuais argentinos e estadunidenses desde meados dos anos 90, seu registro em um documento da Igreja católica viria apenas em 1998, com a divulgação do informe «A ideologia de gênero: seus perigos e alcances», pela Comissão da Mulher da Conferência Episcopal Peruana. (BIROLI, 2019, p. 78).

Ainda sobre as reações da igreja, Miskolci et al (2017) e Biroli (2019) dão destaque a *Carta aos bispos da igreja católica sobre a colaboração do homem e da mulher na igreja e o mundo* (2004), escrita no período em que João Paulo II ainda era papa e assinada por Joseph Ratzinger (que veio, mais tarde, a ser conhecido como papa Bento XVI). Esta carta apresenta trechos que dialogam e reagem de maneira conservadora às teorias feministas, de gênero e à Conferência de Pequim. Como apresentação do problema, logo no início da carta, o futuro papa, Joseph Ratzinger, coloca as teorias de gênero como algo que aguça a rivalidade entre homens e mulheres:

Nestes últimos anos têm-se delineado novas tendências na abordagem do tema da mulher. Uma primeira tendência sublinha fortemente a condição de subordinação da mulher, procurando criar uma atitude de contestação. A mulher, para ser ela mesma,



apresenta-se como antagonista do homem. Aos abusos de poder, responde com uma estratégia de busca do poder. Um tal processo leva a uma rivalidade entre os sexos, onde a identidade e o papel de um são assumidos em prejuízo do outro, com a consequência de introduzir na antropologia uma perniciososa confusão, que tem o seu revés mais imediato e nefasto na estrutura da família [grifo meu]. (RATZINGER, 2004, p. 1).

Para complementar essa primeira explicação sobre as teorias de gênero, Ratzinger escreve que:

Para evitar qualquer supremacia de um ou de outro sexo, tende-se a eliminar as suas diferenças, considerando-as simples efeitos de um condicionamento histórico-cultural. Neste nivelamento, a diferença corpórea, chamada *sexo*, é minimizada, ao passo que a dimensão estritamente cultural, chamada *gênero*, é sublinhada ao máximo e considerada primária. O obscurecimento da diferença ou dualidade dos sexos é grávido de enormes consequências a diversos níveis. Uma tal antropologia, que entendia favorecer perspectivas igualitárias para a mulher, libertando-a de todo o determinismo biológico, acabou de facto por inspirar ideologias que promovem, por exemplo, o questionamento da família, por sua índole natural bi-parental, ou seja, composta de pai e de mãe, a equiparação da homossexualidade à heterossexualidade, um novo modelo de sexualidade polimórfica [grifo meu]. (RATZINGER, 2004, p. 1).

É possível observar como o dado da preservação da família em sua estrutura heteronormativa é um dado central das reações da igreja católica contra as teorias de gênero. Ainda complementa que, de certa forma, o conceito nega a natureza humana essencial:

De acordo com tal perspectiva antropológica, a natureza humana não teria em si mesmas características que se imporiam de forma absoluta: cada pessoa poderia e deveria modelar-se a seu gosto, uma vez que estaria livre de toda a predeterminação ligada à sua constituição essencial. (RATZINGER, 2004, p. 2).

Mais à frente, ainda na tentativa de defender essa ideia de conservar a família, a carta faz referência direta ao feminismo:

Entre os valores fundamentais relacionados com a vida concreta da mulher, existe o que se chama a sua «capacidade para o outro». Não obstante o facto de um certo discurso feminista reivindicar as exigências «para ela mesma», a mulher conserva a intuição profunda de que o melhor da sua vida é feito de actividades orientadas para o despertar do outro, para o seu crescimento, a sua protecção. (RATZINGER, 2004, p. 7).

Ou seja, para a igreja católica de modo geral, já que o papa João Paulo II aprovou esta carta, o conceito de gênero, igualdade entre gêneros e feminismo é uma reivindicação egoísta da mulher para ela mesma, que nega sua principal missão na terra que é a de cuidar e proteger o outro. Esses são apenas alguns trechos de uma carta que segue explicando sobre a maternidade ser parte primordial da identidade da mulher, a virgindade, a família enquanto elemento soberano da sociedade, etc. Além disso, Miskolci et al (2017), Silva et al (2017) e



Machado (2018) apontam outras pessoas envolvidas nas reações contra a movimentação e os estudos feministas, que discutiremos em futuras publicações.

Mais especificamente no Brasil, Silva et al (2017) revelam os impasses da implementação do estudo das questões de diversidade sexual e de gênero, enquanto direitos humanos, dentro das escolas, por meio do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) e dos Planos de Ensino Municipais, Estaduais e Nacionais de Educação. Aqueles que são contra a esse tipo de projeto, segundo os autores, usaram do discurso da “ideologia de gênero” para não concretizar o que consta no PNEDH e retirar qualquer menção a gênero e orientação sexual dos Planos de Ensino (SILVA et al, 2017). Assim,

A retirada dos exatos termos *gênero* e *orientação sexual* dos Planos Municipais, Estaduais e Nacional de Educação em 2015, inibindo e censurando a deferida educação em direitos em humanos, outrossim a aprovação do Estatuto da Família no mesmo ano o qual ‘[...] postula que família se define pela união de um homem com uma mulher por meio de casamento ou comunidade formada por qualquer um dos pais com filhos.’ (SILVEIRA, 2016, p. 21), por mobilizações e pressão de grupos religiosos na atuação política parlamentar ponderando seus próprios interesses sobre as demandas sociais democráticas, demonstram o recente movimento contrário ao empoderamento de sujeitos e grupos sociais, indiferentes à opressão que os mesmos são submetidos, desde que seus *ideais individuais* e *valores religiosos* sejam contemplados (SILVA et al, 2017, p. 1269).

Muitos eventos e manifestações contra os estudos de gênero e sua possível interferência na sociedade e na escola viraram notícia no Brasil e no mundo. Judith Butler, estudiosa de gênero e criadora da teoria Queer, quando veio ao Brasil em 2017, foi agredida no aeroporto e manifestantes incendiaram uma boneca simbolizando Butler sendo queimada durante protestos (BETIM, 2017). Também, protestos a favor da família e do controle sobre o que os filhos aprendem na escola sobre a temática do gênero, da sexualidade e da educação sexual aconteceram na Europa e na América Latina (BIROLI, 2017; 2019).

Essa série de conferências, publicações e manifestações contra os estudos de gênero, contribuíram para a construção e sustentação de uma estratégia política extremamente eficaz: a noção de “ideologia de gênero”, juntando católicos, evangélicos, profissionais do direito, psicologia, etc., em prol da preservação da família heteronormativa (BIROLI, 2019).

Nesse cenário, surge o *Movimento Escola sem Partido*, criado pelo advogado Miguel Nagib em 2004. Este movimento se configura – ou se configurava, porque seu próprio criador desistiu do projeto no ano de 2020 – “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior.” (ESCOLA SEM PARTIDO, [entre 2004 e 2021]). Essa contaminação político-ideológica diz respeito ao “fato” de que “A pretexto de transmitir



aos alunos uma ‘visão crítica’ da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores abusa da liberdade de cátedra e se aproveita do segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo.” (ESCOLA SEM PARTIDO, [entre 2004 e 2021]).

As ideias veiculadas pelo movimento e seus simpatizantes geraram manifestações e tentativas de criação de projetos de lei que alterassem a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Foram criados diversos projetos de lei municipais, estaduais e nacionais, mas muitos deles não foram levados adiante, principalmente por enfrentarem protestos de certa parcela da população e da classe trabalhadora dos professores, afinal, muitos textos dos projetos de lei do Escola Sem Partido criminalizavam a profissão e iam contra leis educacionais brasileiras extremamente recentes. O mais recente destes projetos de lei, a nível nacional, foi apresentado logo que o presidente Jair Bolsonaro assumiu a presidência em 2019 pela deputada Bia Kicis, que, naquele momento, ainda era sua companheira de partido (Partido Social Liberal – PSL). O projeto apresentado por Kicis está parado na câmara dos deputados desde o início de março de 2020.

Apesar do projeto de lei de 2019 (Projeto de lei nº 246/2019) não trazer referências diretas à educação sexual, gênero e sexualidade, o texto acusa os professores e os autores de livros didáticos de utilizar o momento da aula para convencer os alunos a adotarem determinadas condutas ou padrões de julgamento e proíbe o poder público de interferir no amadurecimento sexual dos alunos ou de tentar convencê-los sobre questões relacionadas a gênero, como pode ser visto neste trecho: “Art. 2º O Poder Público não se imiscuirá no processo de amadurecimento sexual dos alunos nem permitirá qualquer forma de dogmatismo ou proselitismo na abordagem das questões de gênero.” (BRASÍLIA, 2019, p. 1) e também neste trecho:

É fato notório que professores e autores de livros didáticos vêm-se utilizando de suas aulas e de suas obras para tentar obter a adesão dos estudantes a determinadas correntes políticas e ideológicas, bem como para fazer com que eles adotem padrões de julgamento e de conduta moral – especialmente moral sexual – incompatíveis com os que lhes são ensinados por seus pais ou responsáveis. (BRASÍLIA, 2019, p. 3-4).

Outrossim, o texto do projeto de lei insiste muito na ideia de que os pais têm completo controle sobre a educação moral, religiosa, política e ideológica de seus filhos, devendo a escola e seus professores serem neutros perante esses assuntos.

Além de projetos de lei como esse, temos algumas falas do atual presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, em que ele declara ser contra projetos de educação sexual e a

chamada “ideologia de gênero”, pois, para ele e para os políticos que simpatizam com seus ideais conservadores, projetos de educação sexual seriam uma ameaça a família brasileira, pois ensinariam às crianças a mudarem de orientação sexual. Para contextualizar e exemplificar este contexto político que aqui apresentamos, buscamos em plataformas populares virtuais de notícias, como a *Folha de São Paulo*, *Estadão*, o *El país* (Brasil), canais da plataforma *YouTube* de emissoras como *Band*, *SBT*, e o próprio canal e redes sociais do presidente e seus filhos, as palavras “ideologia de gênero” e “educação sexual”. A partir dos resultados, foram selecionadas algumas falas que explicitam o cenário aqui apresentado. É válido afirmar que algumas das falas pronunciadas publicamente transcritas na íntegra como foram enunciadas trazem termos chulos, palavrões, conceitos distorcidos e de cunho preconceituoso. Em uma sessão da câmara dos deputados sobre o significado da palavra gênero, em 2016, o então candidato à presidência declarou:

[...] quando fala de criancinha, eu tenho vontade de ir com as quatro patas no pescoço dessas pessoas, e não quero saber se é homem ou mulher, ou é bissexual, trissexual ou quadrissexual, seja lá o que for [...] essa patifaria que se discute aqui de ideologia de gênero é para escola pública mesmo, é pro filho do pobre, quer que o filho do pobre aprenda comportamento que o pai não quer na escola, mas agora é pra escola privada também [...] parem de emboscar criancinha em sala de aula, isso é comportamento de canalha, falem pra mim que ser gay é legal, fala pro vereador aqui, que tá do meu lado aqui que ser gay é legal, fala pra minha mãe que ser gay é legal, agora eu tenho uma filha de cinco anos de idade, não mostre isso pra ela [grifo meu] que eu arrebento na porrada e tem que ser assim [...] cuidado professora e professor, se eu der uma pancada numa professora ensinando pra minha filha que ser lésbica é legal vão falar que eu sou misógino [...] saudades de quando eu tinha oito anos de idade [...] e tinha um quadro de Jesus Cristo [...] de braços abertos, com as criancinhas em volta, dizendo “vinde a mim as criancinhas”, hoje os canalhas dizem “vinde a mim as criancinhas” pra praticar pedofilia ou para ensinar esse comportamento que nenhum pai admite [...] querem emboscar as nossas criancinhas, querem roubar a sua liberdade, querem tirar o prazer do homem de ver seu filho crescer homem ou sua filha crescer mulher [...] (BOLSONARO..., 2018a).

Quando Jair Bolsonaro disse “não mostre isso pra ela”, ele fazia referência ao livro que ele insiste ter sido distribuído pelo Ministério da Educação às bibliotecas das escolas públicas brasileiras, que, segundo ele, ensina crianças a fazer sexo e que faria as crianças acharem normal um adulto tocar as suas partes íntimas. No entanto, o próprio Ministério da Educação esclareceu que esses livros não estavam nas bibliotecas das escolas. Além disso, o presidente incita a violência contra professores que, segundo ele, “emboscam criancinhas” dizendo que “ser gay é legal” (BOLSONARO..., 2018a). Outrossim, após a eleição em 2018, em uma de suas inúmeras *lives*, o presidente declara banir questões relacionadas à sexualidade e gênero das provas do ENEM:



[...] queremos que, na escola, a molecada aprenda algo que no futuro lhe dê liberdade, que ele possa ganhar o seu pão é com seu trabalho e não fique com essas questões menores que a gente vê por aí. Ideologia de gênero, que importância tem isso? Vai ser feliz cara, se você quer ser feliz com outro homem, vai ser feliz, se você mulher quer ser feliz com outra mulher, vai ser feliz; agora não fique perturbando isso nas escolas, obrigando a criançada a estudar uma besteira que não vai levar a lugar nenhum. Quem ensina sexo é papai e mamãe e ponto final, acabou, não tem mais o que discutir. [...] (BOLSONARO..., 2018b).

Fica claro que discussões sobre sexualidade, para o presidente, são reservadas à família - pai e mãe das crianças e dos adolescentes. Cabe salientar que tais declarações têm o apoio de pessoas que compactuam com tal discurso, visto que, em manifestações que aconteceram no país na última década, a temática contra a ideologia de gênero e a educação sexual estava presente. Nota-se, nos extratos das falas do atual governo, que a temática da Educação sexual é vista de forma pejorativa.

Apesar desse projeto de lei estar parado, ele se configura como “um instrumento jurídico-político de controle da escola [...]”, e não precisa “de sua plena vigência jurídica, propriamente dita, para produzir os efeitos desejados.” (ALGEBAILLE, 2017, p. 70). Se buscarmos em sites de notícias ou mesmo em conversas com familiares, conhecidos, amigos e professores sobre a temática, é notável que as sementes da “ideologia de gênero” e do Escola sem Partido foram plantadas e já podemos colher seus frutos. Professores alegam que tiveram que mudar sua forma de trabalhar por medo de represálias ou por própria orientação da escola em que trabalham (BETIM, 2019). Ainda:

A família é a chave que conecta as dimensões econômica e moral da regressão democrática. O dismantelamento da infraestrutura pública e a restrição dos direitos econômicos e trabalhistas tornam a proteção e o apoio por e dentro da família uma necessidade prática e um antídoto para as incertezas e a precariedade. (BIROLI, 2019, p. 86).

Então, para Biroli (2019), essa estratégia política faz parte do processo de regressão democrática e do atual crescimento do neoliberalismo, colocando a família como elemento importante para o sucateamento das estruturas e instituições públicas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por fim, pode-se notar que o cenário de conservadorismo que circunda a educação sexual em ambientes formais de aprendizagem é formado por uma reação ao surgimento e progresso das teorias feministas e sua expansão às outras minorias. A Igreja Católica, em uma tentativa de preservação da família em sua estrutura heteronormativa, influenciou o



pensamento dos fiéis nos últimos anos através de declarações figuras importantes da Igreja. Além disso, as declarações do atual presidente do Brasil, o “Movimento Escola sem Partido” e projetos de lei que ainda não foram implementados a nível federal ou estadual parecem já mudar o cenário escolar.

A partir disso, cabe refletir sobre o papel da escola e o impacto dessas discussões na educação sexual. Para entender melhor o assunto, é necessário levar em consideração documentos oficiais, pesquisas atuais e teorias sobre os direitos da criança e do adolescente sobre a própria educação e as vantagens e desvantagens de deixar que a educação sexual seja de responsabilidade exclusiva dos pais. Essa discussão mais aprofundada pode ser encontrada na dissertação de mestrado de Zuanon (2021).

## REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, E. Escola sem Partido: o que é, como age e para que serve. In: Caudêncio Frigotto (Org.). **Escola “sem” Partido**: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017, p. 63-74.

BETIM, F. As vozes da pequena grande batalha do Sesc Pompeia. **Brasil.elpais.com.br**. São Paulo, 08 nov. 2017, 02:06. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/07/politica/1510085652\\_717856.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/07/politica/1510085652_717856.html). Acesso em: 24 abr. 2019.

BETIM, F. Campanha “anti-doutrinação” contra professores eleva estresse em sala de aula. **Brasil.elpais.com.br**. São Paulo, 19 maio 2019, 09:54. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/14/politica/1557790165\\_316536.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/14/politica/1557790165_316536.html). Acesso em: 24 abr. 2019.

BIROLI, F. A reação contra o gênero e a democracia. In: Nueva Sociedad, n. 2019, dez. 2019, p. 76-87. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/reacao-contra-o-genero-e-democracia/>. Acesso em: 07 jul. 2020.

BIROLI, F. The Backlash against Gender Equality in Latin America: Temporality, Religious Patterns, and the Erosion of Democracy. In: LASA forum, v. 51, abr. 2020, p. 22-26. Disponível em: <https://forum.lasaweb.org/past-issues/vol51-issue2.php>. Acesso em: 07 jul. 2020.

BOLSONARO avassalador na sessão que trata do tema ideologia de gênero. [S. l.: s. n.], 2018a. 1 vídeo (8 min e 52 seg). Publicado pelo canal Flavio Bolsonaro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=d4hugssa3nk>. Acesso em: 25 ago. 2019.

BOLSONARO critica questões da prova de linguagens do Enem. [S. l.: s. n.], 2018b. 1 vídeo (3 min e 39 seg). Publicado pelo canal Band Jornalismo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8W9htGGt9z0>. Acesso em: 25 ago. 2019.



BRASÍLIA. [Projeto de Lei no 246 de 2019 (2019)] **Projeto de Lei no 246/2019**. Institui o “Programa Escola sem Partido”. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2KTd9L7>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASÍLIA. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres**. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006.

DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

ESCOLA SEM PARTIDO. Quem somos. Brasil, [entre 2004 e 2020] Disponível em: <http://escolasempartido.org/quem-somos/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. Métodos de Pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2IrfCMV>. Acesso em: 15 jun. 2019.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2018.

MACHADO, M. D. C. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 2, p. 1-18, 2018. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0104-026X2018000200212&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-026X2018000200212&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 20 mar. 2020.

MISKOLCI, R.; CAMPANA, M. "Ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, set./dez. 2017, p. 725-747. Disponível em: <https://bit.ly/2Wv3Mon>. Acesso em: 19 set. 2019.

RATZINGER, J. **Carta aos bispos da igreja católica sobre a colaboração do homem e da mulher na igreja e no mundo**. Vaticano, 2004. Disponível em: [https://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cfaith/documents/rc\\_con\\_cfaith\\_doc\\_20040731\\_collaboration\\_po.html](https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20040731_collaboration_po.html). Acesso em: 09 set. 2020.

SILVA, M. E. F.; BRABO, T. S. A. M.; MORAIS, A. Educação em Direitos Humanos e desenvolvimento moral na formação docente: a influência da religiosidade em tempos de “ideologia de gênero”. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, v. 21, n. 2., nov. 2017, p. 1260-1282.

ZEREMBA, J. Guru de Bolsonaro diz que não existem intelectuais da esquerda do seu nível. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 98, n. 32.746, 28 nov. 2018. Entrevista. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/guru-de-bolsonaro-diz-que-nao-existem-intelectuais-da-esquerda-a-seu-nivel.shtml>. Acesso em 25 ago. 2019

ZUANON, J. O. **Educação sexual: o que consta nos documentos oficiais nacionais e a percepção de adolescentes sobre essa temática**. Tese (Dissertação de Mestrado) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. São José do Rio Preto, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/214957>.